

Demonstrações Financeiras

Cemig PCH S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	14
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	18
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	19
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	20
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	20
7. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO.....	20
8. IMOBILIZADO	21
9. FORNECEDORES.....	22
10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	22
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	23
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	24
14. RECEITA.....	26
15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	27
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	28
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	30
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	32
20. SEGUROS.....	34
21. ATAQUE CIBERNÉTICO	34
PARECER DO CONSELHO FISCAL	36
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Cemig PCH S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$45.952 mil, representado por 45.952.000 (quarenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e duas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão - Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia apresentou um Lucro Líquido de R\$22.138 mil em 2020, em comparação a R\$24.514 mil em 2019, representando uma redução de 9,69%. Esse resultado deve-se, principalmente, à redução da receita.

Receita Operacional

A receita de fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$36.438 mil em 2020 (R\$49.195 mil em 2019). Essa variação deve-se, principalmente, à redução da receita de transações com energia na CCEE. Além disso, houve redução do preço médio de suprimento a outras concessionárias.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$12.831 mil em 2020, comparado a R\$22.288 mil em 2019, representando uma redução de 42,43%. Essa variação deve-se, principalmente, à redução do custo com energia elétrica comprada para revenda, sendo de R\$5.314 mil em 2020 (R\$14.043 mil em 2019).

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2020, a Companhia apurou o montante de R\$1.526 mil referente a despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 6,45% em relação ao Resultado de R\$23.664 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2019, a Companhia apurou o montante de R\$2.099 mil referente a despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 7,89% em relação ao Resultado de R\$26.613 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2020, o LAJIDA foi de R\$26.932 mil (R\$29.559 mil em 2019) e a Margem do LAJIDA foi de 76,87% no mesmo período (62,67% em 2019), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2020	2019	Var. %
Resultado líquido	22.138	24.514	(9,69)
Despesa de IR e CS	1.526	2.099	(27,30)
Resultado Financeiro	(1.457)	(1.737)	(16,12)
Depreciação e Amortização	4.725	4.683	0,90
LAJIDA	26.932	29.559	(8,89)

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do grupo, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Cíveis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Apesar das complicações da Pandemia Covid -19 no ano de 2020, a Cemig manteve minimamente a política de estreitar o relacionamento com o público externo focado em situações de emergência, especificamente, os COMPDECS - Coordenadorias Municipais de Proteção e de Defesa Civil.

O grande ganho que a abordagem adotada pela Cemig GT propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Destinação do Resultado de 2020 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2021, que, ao resultado do exercício de 2020, no montante de R\$22.138 mil, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.288 mil, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2020, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.107 mil correspondente a 5,00% do lucro líquido do exercício, seja utilizado na constituição da Reserva Legal;
- R\$676 mil referentes a dividendos obrigatórios;
- R\$10.984 mil referentes a dividendos intermediários pagos; e,
- R\$11.659 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig PCH manifesta seu agradecimento ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio recebidos durante o ano estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	9.023	1.762
Títulos e Valores Mobiliários	4	16.608	33.766
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	5	3.748	4.196
Tributos Compensáveis	6	1.276	1.573
TOTAL DO CIRCULANTE		30.655	41.297
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	3.735	83
Depósitos Judiciais	7	2.888	2.870
Direito de Uso	10	74	-
Imobilizado	8	55.276	59.514
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		61.973	62.467
ATIVO TOTAL		92.628	103.764

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	1.486	4.591
Impostos, Taxas e Contribuições	11	184	210
Imposto de Renda e Contribuição Social	12a	262	469
Dividendos a pagar	13	676	6.197
Transações com Partes Relacionadas	18	143	127
Passivo de Arrendamento	10	9	-
Outros		9	9
TOTAL DO CIRCULANTE		2.769	11.603
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	41	-
Impostos, Taxas e Contribuições	11	71	71
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12b	459	557
Passivo de Arrendamento	10	67	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		638	628
TOTAL DO PASSIVO		3.407	12.231
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital Social		45.952	45.952
Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial		25.745	28.033
Reserva de Lucros		17.524	17.548
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		89.221	91.533
PASSIVO TOTAL		92.628	103.764

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA	14	35.038	47.164
CUSTOS OPERACIONAIS	15		
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(5.314)	(14.043)
Encargos de Distribuição		(401)	(1.049)
		<u>(5.715)</u>	<u>(15.092)</u>
CUSTOS DE OPERAÇÃO	15		
Materiais		(110)	(103)
Serviços de Terceiros		(1.573)	(1.976)
Depreciação e Amortização		(4.725)	(4.683)
Outros		(18)	(2)
		<u>(6.426)</u>	<u>(6.764)</u>
CUSTO TOTAL		(12.141)	(21.856)
LUCRO BRUTO		22.897	25.308
DESPESA OPERACIONAL	15		
Despesas Gerais e Administrativas		(775)	(772)
Outras (recuperação de despesas)		85	340
		<u>(690)</u>	<u>(432)</u>
Resultado Operacional antes dos Resultado Financeiro		22.207	24.876
Receitas Financeiras	16	1.469	1.785
Despesas Financeiras	16	(12)	(48)
		<u>1.457</u>	<u>1.737</u>
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		23.664	26.613
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	17	(1.624)	(1.990)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17	98	(109)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		<u>22.138</u>	<u>24.514</u>
RESULTADO POR AÇÃO – R\$		0,482	0,533

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
RESULTADO DO EXERCÍCIO	22.138	24.514
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>22.138</u>	<u>24.514</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Reserva de Ajustes de Avaliação	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	45.952	3.532	8.034	30.326	-	87.844
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	-	(2.293)	2.293	-
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2018 (R\$0,1748 por ação)	-	-	(8.034)	-	-	(8.034)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	24.514	24.514
Dividendos Intermediários (R\$0,1435 por ação)	-	-	-	-	(6.594)	(6.594)
Destinação do Lucro Proposta à AGO:						
Constituição Reserva Legal	-	1.226	-	-	(1.226)	-
Dividendos obrigatórios (R\$0,1349 por ação)	-	-	-	-	(6.197)	(6.197)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$0,2783 por ação)	-	-	12.790	-	(12.790)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	45.952	4.758	12.790	28.033	-	91.533
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	-	(2.288)	2.288	-
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2019 (R\$0,2783 por ação)	-	-	(12.790)	-	-	(12.790)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	22.138	22.138
Dividendos Intermediários (R\$0,2390 por ação)	-	-	-	-	(10.984)	(10.984)
Destinação do Lucro Proposta à AGO:						
Constituição Reserva Legal	-	1.107	-	-	(1.107)	-
Dividendos Obrigatórios (R\$0,0147 por ação)	-	-	-	-	(676)	(676)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$0,2537 por ação)	-	-	11.659	-	(11.659)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	45.952	5.865	11.659	25.745	-	89.221

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	22.138	24.514
Ajustes por:		
Depreciação (Nota 15)	4.725	4.683
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 17)	(98)	109
Variação Monetária sobre Depósitos Vinculados a Litígio	(18)	(106)
Juros Passivo de Arrendamento	8	-
	26.755	29.200
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	448	(1.840)
Tributos Compensáveis	297	(59)
Depósitos Judiciais	-	(11)
	745	(1.910)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(3.064)	3.693
Impostos, Taxas e Contribuições	(26)	(32)
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.684	1.667
Transações com Partes Relacionadas	16	(28)
	(390)	5.300
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	27.110	32.590
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.891)	(1.347)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	24.219	31.243
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Títulos e Valores Mobiliários	13.506	(18.176)
No Imobilizado	(484)	(1.953)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	13.022	(20.129)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(29.972)	(14.628)
Arrendamentos pagos	(8)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(29.980)	(14.628)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.261	(3.514)
Caixa e Equivalente de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.762	5.276
Caixa e Equivalente de caixa no fim do exercício (Nota 3)	9.023	1.762
	7.261	(3.514)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig PCH S.A. (“Companhia” ou “Cemig PCH”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”), constituída em 2 de outubro de 2001, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia tem por objetivo a exploração comercial do potencial hidráulico da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Pai Joaquim, com 23 MW de potência instalada (informação não auditada), localizada no Rio Araguari, Municípios de Sacramento e Santa Juliana, Estado de Minas Gerais. A autorização Aneel da PCH Pai Joaquim vence em 2032.

A energia produzida pela PCH Pai Joaquim é 100% incentivada e comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A PCH Pai Joaquim foi fortemente impactada com a redução da sua garantia física em função de penalidades regulatórias aplicadas a desempenho de PCHs. Em 2009, a publicação da Portaria no Ministério de Minas e Energia (MME) nº 463 estabeleceu uma metodologia para o cálculo dos montantes de energia assegurada de usinas hidrelétricas não despachadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, impactando fortemente os resultados da Companhia com a redução da energia assegurada da PCH Pai Joaquim. No fim de 2011, foi publicado o Despacho pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 3.584, excluindo a PCH Pai Joaquim do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Em 2012, com a publicação da Portaria MME nº 58, de 30 de julho de 2012, houve a maior perda, quando sua energia assegurada foi reduzida de 12,52 MW médios para 2,41 MW médios a partir do primeiro semestre de 2013. A usina veio recuperando sua garantia física desde 2013 e chegou a 4,26 MW médios, com a publicação da Portaria MME nº 30 de 29 de janeiro de 2015.

Foram realizadas melhorias como a adequação do sistema de resfriamento, com conclusão em outubro de 2015 e mudanças na operação da PCH que permitiram melhorar seu desempenho, aumentando a média de geração, se comparado a anos anteriores.

Em abril de 2017, a Companhia ajuizou ação judicial contra os efeitos da Resolução Aneel 409/10 e em setembro de 2017 houve liminar do TRF-DF favorável à Cemig PCH. Posteriormente, ocorreu a publicação da Portaria MME 254/2017 retornando à garantia física original de 13,91 MW médios e em outubro de 2017 a usina retornou ao MRE.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre 2012 e 2017, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei 13.203/2015.

Em 02 de março de 2021, a CCEE encaminhou à Aneel os cálculos de extensão das concessões do Ambiente de Comercialização Livre – ACL que optarem por aderir às condições propostas pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020 e pela Lei 14.052, de 8 de setembro de 2020. A Administração da Companhia aguarda a homologação e publicação dos valores de extensão da outorga de suas concessões pela Aneel para, posteriormente, submetê-los à aprovação dos órgãos de governança da Companhia.

Os efeitos contábeis decorrentes da repactuação do risco hidrológico consistem no reconhecimento de um ativo intangível, relacionado ao direito de outorga em função da compensação por custos incorridos em exercícios anteriores, com base no valor justo, tendo como contrapartida o resultado do exercício, na rubrica de compensação de custos de energia elétrica, e ocorrerão a partir da aprovação pelos órgãos de governança da Companhia da proposta de repactuação do risco hidrológico, esperada para ocorrer ao final do primeiro semestre de 2021.

Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato "in loco" com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento de investimentos e redução de despesas;
- negociação de contratos com seus consumidores livres; e
- diferimento dos recolhimentos de tributos e encargos trabalhistas, conforme autorização legal.

Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, identificando os seguintes efeitos:

- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou os possíveis impactos da retração econômica sobre seus grandes consumidores livres e entendeu não haver risco de perdas na realização destas contas a receber;
- A Companhia vem estabelecendo negociações com os seus fornecedores de energia elétrica visando preservar sua liquidez no período da crise.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos significativos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 23 de abril de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 8 – Imobilizado (Depreciação);
- Nota 14 – Receita (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez de determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. As principais alterações estão descritas a seguir:

CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis

Alinham a definição de “omissão material” e “distorção material” e esclarecem alguns aspectos desta definição. As demonstrações financeiras da Companhia não foram impactadas por essas alterações.

CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros

“Reforma da Taxa de juros de Referência”: As revisões ao CPC 38 e CPC 48 proporcionam uma série de mitigações, que se aplicam à relação de proteção que é diretamente impactada pela reforma de taxa de juros de referência. A relação de proteção é impactada se a reforma causa incertezas sobre o momento e/ou o montante do fluxo de caixa baseados na taxa de juros de referência do item protegido ou do instrumento de hedge. As demonstrações financeiras da Companhia não foram impactadas por essas alterações.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Concede a opção aos arrendatários de não aplicar o guia do CPC 06 (R2) para contabilização de modificações de contrato que decorrem de benefícios relacionados à pandemia Covid-19. Como expediente prático, o arrendatário poderá optar por não avaliar se uma concessão de benefício decorrente da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato. O arrendatário que fizer essa opção, deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido de acordo com as regras previstas no CPC 06 (R2) para mudanças que não são consideradas modificação do contrato de arrendamento. As demonstrações financeiras da Companhia não sofreram impactos em razão dessa alteração.

Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A Estrutura Conceitual não é um pronunciamento propriamente dito e os seus conceitos não se sobrepõem àqueles previstos nos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB. O objetivo da Estrutura Conceitual é auxiliar no desenvolvimento de pronunciamentos, orientar os preparadores de demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes quando não houver nenhum pronunciamento aplicável, além de assistir todas as partes no entendimento e interpretação dos pronunciamentos. Essas alterações impactarão as entidades que desenvolvem suas políticas contábeis com base na Estrutura conceitual, cuja revisão inclui alguns novos conceitos, definições e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer algumas questões importantes. Essas alterações não impactam as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados, fornecedores, valores a pagar a partes relacionadas e passivo de arrendamento.

b) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

c) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 8 das Demonstrações Financeiras.

d) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

f) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira e créditos tributários sobre receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e juros do passivo de arrendamento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Bancos conta movimento	101	68
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	8.073	37
Overnight	849	1.657
	<u>9.023</u>	<u>1.762</u>

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variam entre 65% e 99% em 2020 (88,5% em 2019), conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 1,89% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (4,39% a.a. em 31 de dezembro de 2019), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2020	2019
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2.699	-
Letras Financeiras Bancos - LFs	10.263	29.340
Debêntures	30	143
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	3.616	4.283
	<u>16.608</u>	<u>33.766</u>
Não Circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	3.612	-
Debêntures	123	83
	<u>3.735</u>	<u>83</u>
	<u>20.343</u>	<u>33.849</u>

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variam entre 106% e 110% em 2020, conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig PCH possuem taxa de remuneração que variam entre 99,5% e 130% do CDI em 2020 (entre 101,95% e 113% do CDI em 2019).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento – FIC Pampulha possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR)+1% e 109% do CDI em 2020 (entre 108,25% e 113% do CDI em 2019).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 18 destas Demonstrações Financeiras.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos a Vencer	Total	
	Não Faturado	2020	2019
Fornecimento Industrial	3.748	3.748	4.184
CCEE - Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	12
Total	3.748	3.748	4.196

A Companhia não constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa pelo fato de a Administração entender não haver risco de perdas na realização destas contas a receber.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2020	2019
Circulante		
ICMS	1.064	1.361
PIS-PASEP	167	167
COFINS	45	45
TOTAL	1.276	1.573

7. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

	2020	2019
Obrigações Fiscais		
PIS/COFINS	2.888	2.870
TOTAL	2.888	2.870

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se a contingências de obrigações fiscais - exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2020			2019		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço		111.131	(57.279)	53.852	109.930	(52.557)	57.373
Terrenos, O. Cíveis, Benfeitorias e Edificações	4,33	29.556	(14.996)	14.560	29.233	(13.711)	15.522
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	4,34	47.500	(24.304)	23.196	47.500	(22.242)	25.258
Máquinas e Equipamentos	4,19	34.066	(17.971)	16.095	33.188	(16.596)	16.592
Móveis Utensílios	6,25	9	(8)	1	9	(8)	1
Em Curso		1.424	-	1.424	2.141	-	2.141
Máquinas e Equipamentos		1.337	-	1.337	1.868	-	1.868
Outros		87	-	87	273	-	273
Total		112.555	(57.279)	55.276	112.071	(52.557)	59.514

A mutação do Ativo Imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A) + (B)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020
Em Serviço	109.930	-	1.201	111.131	1.201	(57.279)	53.852
Terrenos, O. Cíveis, Benfeitorias e Edificações	29.233	-	323	29.556	323	(14.996)	14.560
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	47.500	-	-	47.500	-	(24.304)	23.196
Máquinas e Equipamentos	33.188	-	878	34.066	878	(17.971)	16.095
Móveis Utensílios	9	-	-	9	-	(8)	1
Em Curso	2.141	484	(1.201)	1.424	(717)	-	1.424
Máquinas e Equipamentos	1.868	347	(878)	1.337	(531)	-	1.337
Outros	273	137	(323)	87	(186)	-	87
Total	112.071	484	-	112.555	484	(57.279)	55.276

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os Ativos Imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel. A taxa média de depreciação em 2020 é de 4,29% (4,35% em 2019).

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, possuem autorização prévia da Aneel para desvinculação, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

9. FORNECEDORES

	2020	2019
Materiais e Serviços	726	2.492
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	760	2.099
Outros	41	-
TOTAL	1.527	4.591
CIRCULANTE	1.486	4.591
NÃO CIRCULANTE	41	-

A Companhia reconhece obrigações provenientes de contratos com a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Financeiras.

10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A composição do saldo por classe de ativo identificado é como segue:

	2020	2019
Imóveis	74	-
Total	74	-

A movimentação do ativo de direito de uso encontra-se apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2019	-
Adição	76
Amortização	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2019	-
Adição	76
Juros incorridos	8
Pagamentos efetuados	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	76
Passivo circulante	9
Passivo não circulante	67

As taxas de desconto foram obtidas com referência à taxa de empréstimo incremental das empresas do Grupo Cemig, baseada nas dívidas contratadas e em cotações junto a instituições financeiras, e refletem o risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação, conforme segue.

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados em 2019 e 2020		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

A análise de vencimento do passivo de arrendamento está demonstrada na nota explicativa nº 19.

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2020	2019
Circulante		
ICMS	-	45
COFINS	124	126
PASEP	27	27
Outros	33	12
Total	184	210
Não Circulante		
COFINS	58	58
PASEP	13	13
Total	71	71

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2020	2019
Circulante		
Imposto de Renda	165	260
Contribuição Social	97	209
Total	262	469

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos

	2020	2019
Imposto de Renda diferido	337	409
Contribuição Social diferida	122	148
Total	459	557

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$45.952, representado por 45.952.000 (quarenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e duas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão - Cemig GT.

a) Reservas de lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2020	2019
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	5.865	4.758
Reserva de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos)	11.659	12.790
Total	17.524	17.548

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$1.107 de Reserva Legal em 2020, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva de Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou o montante de R\$11.659 na Reserva de Lucros em 2020, referente a dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

b) Reserva de Ajustes de Avaliação

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se à avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009, quando tal avaliação implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de dividendos estatutários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2020	2019
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	22.138	24.514
(-) Constituição da Reserva Legal	(1.107)	(1.226)
Realização do custo atribuído	2.288	2.293
Resultado do Exercício Ajustado	23.319	25.581
Dividendos Obrigatórios	11.660	12.791
Dividendos Propostos		
Dividendos Obrigatórios	676	6.197
Dividendos Intermediários	10.984	6.594
Dividendos Adicionais	11.659	12.790
Total dos dividendos	<u>23.319</u>	<u>25.581</u>

Destinação do Resultado de 2020 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2021, que, ao resultado do exercício de 2020, no montante de R\$22.138, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.288, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2020, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.107 correspondente a 5,00% do lucro líquido do exercício, seja utilizado na constituição da Reserva Legal;
- R\$676 referentes a dividendos obrigatórios;
- R\$10.984 referentes a dividendos intermediários pagos; e,
- R\$11.659 para pagamento de dividendos adicionais.

14. RECEITA

	2020	2019
Fornecimento Bruto de Energia (a)	36.438	49.195
Deduções à Receita Operacional (b)	(1.400)	(2.031)
Receita Operacional Líquida	<u>35.038</u>	<u>47.164</u>

a) Receita Bruta de Energia Elétrica

	2020	2019
Fornecimento Faturado - Industrial	-	917
Fornecimento - Não faturado	(896)	143
Suprimento a Outras Concessionárias	37.152	41.986
Transações com Energia na CCEE	182	6.149
Total	<u>36.438</u>	<u>49.195</u>

b) Deduções à Receita Operacional

	2020	2019
COFINS	1.093	1.476
PASEP	237	320
ICMS	-	165
Taxa Fiscalização Serviço Energia	70	70
Total	<u>1.400</u>	<u>2.031</u>

15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020	2019
Pessoal	337	365
Materiais	110	103
Serviços de Terceiros (a)	2.010	2.383
Depreciação	4.725	4.683
Energia Elétrica comprada para Revenda (b)	5.314	14.043
Encargos de Distribuição	401	1.049
Outras (recuperação de despesas)	(66)	(338)
Total	12.831	22.288
Custos	12.141	21.856
Despesas	690	432
TOTAL	12.831	22.288

a) Serviços de Terceiros

	2020	2019
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	1.524	1.735
Comunicação	14	69
Vigilância	278	258
Tecnologia da Informação	62	40
Auditoria	49	44
Publicações Legais	37	54
Outros	46	183
Total	2.010	2.383

b) Energia elétrica comprada para revenda

	2020	2019
Energia de curto prazo	1.891	7.738
Energia adquirida no ambiente livre	3.423	6.305
	5.314	14.043

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	998	1.678
Variação Monetária de Depósitos Judiciais	18	106
Variação Monetária de créditos tributários	244	-
Outras	-	1
Créditos de PASEP/COFINS sobre receitas financeiras	209	-
	<u>1.469</u>	<u>1.785</u>
Despesas Financeiras		
Juros Passivo de Arrendamento	(8)	-
Outras despesas financeiras	(4)	(48)
	<u>(12)</u>	<u>(48)</u>
Resultado Financeiro	<u>1.457</u>	<u>1.737</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	36.438	36.438
Percentual de Presunção	8%	12%
	<u>2.915</u>	<u>4.373</u>
Receita Financeira sobre resgate efetivo de Aplicações	1.304	1.304
Outras Receitas Financeiras	244	244
Base de Cálculo	4.463	5.921
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	669	533
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	422	-
IR e CS Lucro Presumido	<u>1.091</u>	<u>533</u>
Renda de Aplicações Não Resgatadas	(306)	(306)
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos – rendas não resgatadas	<u>(77)</u>	<u>(28)</u>
Variação Monetária Depósitos Judiciais	18	18
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos – depósitos judiciais	<u>5</u>	<u>2</u>
IR e CS Diferidos	<u>(72)</u>	<u>(26)</u>
Resultado IR e CS	<u>1.019</u>	<u>507</u>
Corrente	1.091	533
Diferido	(72)	(26)

	2019	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	49.195	49.195
Percentual de Presunção	8%	12%
	<u>3.936</u>	<u>5.903</u>
Receita Financeira s/ resgate efetivo de Aplicações	1.465	1.465
Outras Receitas Financeiras	1	1
Base de Cálculo	<u>5.402</u>	<u>7.369</u>
Alíquota – IRPJ 15% / CSLL 9%	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	810	663
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	517	-
IR e CS Lucro Presumido	<u>1.327</u>	<u>663</u>
Renda de Aplicações Não Resgatadas	213	213
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos Ano 2018	53	19
Rendas Variação Monetária Depósitos Judiciais	106	106
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos Ano 2018	27	10
Resultado IR e CS	<u>1.407</u>	<u>692</u>
Corrente	1.327	663
Diferido	80	29

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	143	98	-	-	(441)	(389)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)	-	-	305	-	-	-	(269)	-
Prestação de serviços (3)	-	-	-	538	-	-	(589)	(1.040)
Cessão de pessoal	-	-	-	29	-	-	-	(29)
Dividendos	-	-	676	6.197	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	-	-	-	-	(99)	(357)
Horizontes Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	-	-	-	-	-	(7.326)
FIC Pampulha								
Circulante								
Equivalentes de Caixa	849	1.657	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	16.608	33.766	-	-	188	504	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	3.735	83	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina vigente até a entrada em vigor do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020;
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados nas rubricas “Equivalentes de Caixa” e “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2020, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras do fundo de investimento em títulos de partes relacionadas em 2019 estão descritas abaixo. Não há aplicações em títulos de partes relacionadas em 2020.

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2019
				Cemig PCH 1,36%
Gasmig	Nota Promissória	107% do CDI	25/09/2020	138
				138

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019
Remuneração	13	12
Participação nos resultados	5	3
Previdência privada	1	1
Total	19	16

* A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2020		2019	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	2	3.748	3.748	4.196	4.196
Títulos e Valores Mobiliários	2	6.819	6.819	4.228	4.228
Depósitos Judiciais	2	2.888	2.888	2.870	2.870
		<u>13.455</u>	<u>13.455</u>	<u>11.294</u>	<u>11.294</u>
					-
Valor justo por meio do resultado					-
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	8.922	8.922	1.694	1.694
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	1.816	1.816	-	-
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	8.092	8.092	25.333	25.333
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	3.616	3.616	4.283	4.283
Debêntures	2	-	-	5	5
		<u>22.446</u>	<u>22.446</u>	<u>31.315</u>	<u>31.315</u>
		<u>35.901</u>	<u>35.901</u>	<u>42.609</u>	<u>42.609</u>
			-		-
Passivos					
Custo amortizado (1)			-		-
Fornecedores	2	(1.527)	(1.527)	(4.591)	(4.591)
Valores a pagar a partes relacionadas	2	(143)	(143)	(127)	(127)
Passivo de Arrendamento	2	(76)	(76)	-	-
		<u>(1.746)</u>	<u>(1.746)</u>	<u>(4.718)</u>	<u>(4.718)</u>

(1) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2020 e 2019.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento	1	2	7	40	200	250
Fornecedores	741	745	-	41	-	1.527
	<u>742</u>	<u>747</u>	<u>7</u>	<u>81</u>	<u>200</u>	<u>1.777</u>

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela PCH Pai Joaquim. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios da usina, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

20. SEGUROS

A Companhia possui seguro de risco operacional visando cobrir riscos e perdas em gerador, transformador e turbinas, com vigência até 07 de dezembro de 2021, na importância segurada de R\$31.899, valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas decorrentes de eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dadas sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. ATAQUE CIBERNÉTICO

Em 25 de dezembro de 2020, a Companhia bem como o grupo econômico em que está inserida, sofreram um ataque cibernético de *ransomware* que causou uma interrupção parcial e temporária de suas operações.

Nesse contexto, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e contratações de recursos especializados para as equipes. Como parte das ações, foram tomadas medidas para combater o acesso e eventual uso indevido dos dados, incluindo investigações e auditorias dos sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, foram mitigados incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis por terceiros.

Adicionalmente, foi realizada auditoria e avaliação forense do ataque sofrido e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

* * * * *

Paulo Mota Henriques
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

Carolina Luiza F.A.C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contadora – CRC-MG 77.839

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig PCH S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2020, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2021.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2021.

Eduardo José de Souza

Paulo César Teodoro Bechtluft

Ronald Gastão Andrade Reis

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Cemig PCH S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig PCH S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig PCH S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

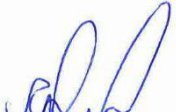
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0